

Programa espacial abrirá novos mercados no País

LIANA JOHN
AECJ

CAMPINAS — Nada de "má-gicas novas". Primeiro, é preciso terminar o que já foi iniciado, "porque os atrasos em cronograma e em situação de pessoal causam desmoralização e evasão", é o que afirma o ministro da Ciência e Tecnologia, o físico Israel Vargas que prevê o desenvolvimento de um novo mercado no Brasil, associado à tecnologia espacial.

Conforme o ministro, o objetivo número um é dar tranquilidade aos cientistas e tecnólogos do País, a partir de recursos orçamentários adequados, que garantam salário justo e pagamento em dia. Além disso, o desenvolvimento de componentes espaciais, conforme Vargas, abre espaço para a participação de vários segmentos do setor industrial, como o químico, o automobilístico e o de informática. Embora admita que é cedo para precisar números, o ministro admite, ainda, que a indústria espacial criará postos de trabalho em especialidades diversas.

— Desde o início de sua gestão o sr. insiste na definição de um orçamento justo para ciência e tecnologia. Uma vez definidos os recursos necessários, quais serão as prioridades científicas e tecnológicas do seu ministério?

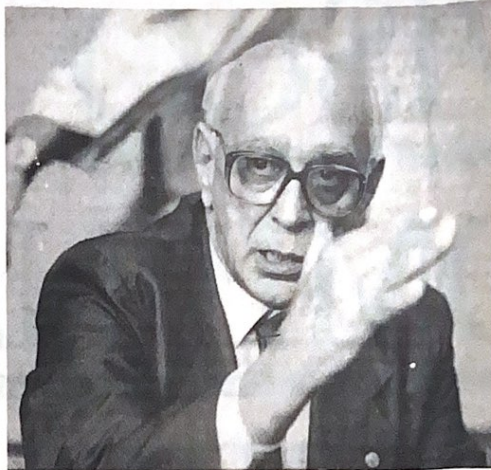
— O setor tem passado por tantas crises, tantas inseguranças salariais e de recursos que meu objetivo número um é dar tranquilidade aos cientistas e tecnólogos que trabalham no país, a partir de recursos orçamentários adequados. Ou seja, ver se conseguimos resolver o problema da carreira do pesquisador nos diversos órgãos de pesquisa e desenvolvimento. Em segundo lugar, garantir aos bolsistas que vão receber em dia e integralmente o valor acertado, vinculado aos salários da universidade. Isso está terminado e o projeto de lei deve ser enviado logo ao Congresso.

— Quanto aos projetos já iniciados...

— Outra prioridade é terminar os projetos já iniciados, mas parados ou atrasados por falta de recursos. Terminar, por exemplo, aqui em Campinas, o Acelerador de Luz Síncrotron. No Rio de Janeiro, investir no Laboratório Nacional de Cálculo Científico, que tem US\$ 21 milhões em equipamentos cedidos, mas não tem dinheiro para construir o prédio. Ou o Laboratório da Previsão Meteorológica do Inpe, que tem um supercomputador, mas não tem recursos para o ar condicionado, essencial para seu funcionamento. Além disso, cumprir os projetos conjuntos com outros países, como o acordo assinado com a China para a construção de dois satélites de sensoriamento remoto, no qual estamos inadimplentes e atrasados. Uma quarta prioridade é reativar os dois institutos da Amazônia, e o Museu Goeldi, no Pará — abandonados há muitos anos. Nós estamos viabilizando recursos do G-7 para estas duas instituições.

— O sr. mencionou a pesquisa espacial. Na sua gestão ocorreram dois eventos com os quais sonharam muitos ministros anteriores: o lançamento do primeiro satélite brasileiro e o teste do veículo lançador. Ainda na sua gestão teremos a criação de uma agência espacial brasileira?

— Sem dúvida. Nós estamos instruídos pelo presidente, pelo ministro da Aeronáutica e pelo ministro do Estado Maior das Forças Armadas (Emfa) e, nos próximos dias, devemos terminar o projeto de criação da agência espacial civil. O presidente deseja enviar o proje-



Vargas quer garantir recursos orçamentários para pagar salários justos

to ao Congresso em regime de urgência (45 dias na Câmara e 45 dias no Senado).

— Como será essa agência?

— Agência será subordinada diretamente à Presidência da República. Não estará na SAE nem em qualquer dos órgãos da Presidência. Poderá ser presidida pelo presidente da República, isso ainda não está claro, e, provavelmente, terá como delegado um dos ministros. Dela participarão os diferentes atores interessados na área: ministérios das Relações Exteriores e da Aeronáutica — responsável pelo centro que desenvolve o veículo lançador, CTA; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) — devido à natureza estratégica do programa —; e especialistas da área de meio ambiente — devido às aplicações da tecnologia espacial.

— Seria, então, um sistema criado com os órgãos já existentes, mas como uma administração superior a eles?

— Exatamente. E com uma política espacial clara.

— O sr. acredita que o desenvolvimento de componentes espaciais aqui no Brasil abre novas oportunidades de mercado para a indústria nacional ou seria melhor importar, como foi defendido pelo presidente da SBPC, Ênio Candotti, na ocasião do lançamento do satélite nacional?

— Essas tecnologias de ponta, como a espacial, informática e outras, são portadoras de futuro. São indiferenciadas, quer dizer, o produto final é o satélite, mas, para chegar lá, temos que desenvolver a ciência dos materiais, a eletrônica, uma boa metalurgia, a química, a matemática, a computação. Ou seja, são tecnologias catalizadoras de um desenvolvimento muito variado. No caso da tecnologia espacial, o professor Ênio Candotti seguramente não está informado disso, os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos, contaram com a participação de 30 a 40 indústrias brasileiras no desenvolvimento do satélite. Nós abrimos oportunidades para 30 a 40 indústrias prestarem serviços tecnológicos de alto nível. E aí estão incluídas a automobilística, a de informática e algumas outras surpreendentes, como a indústria química, que desenvolveu novas tintas e pigmentos. Há toda uma plêiade de indústrias beneficiando-se desse investimento, que, afinal, não foi tão grande: US\$ 150 milhões em 10 anos.

Há possibilidade de entrar no

mercado espacial propriamente dito, não?

— Sim, no plano externo, a capacidade de desenvolver um veículo lançador a curto prazo, dois, três, quatro anos, nos abre a possibilidade de participar do mercado de lançamento de satélites de órbita baixa. A empresa que lançou o satélite brasileiro, a Orbital Science Corporation, dos Estados Unidos, tem encomendas de US\$ 2 bilhões somente para lançamento de outros satélites. A localização da nossa base de lançamentos em Alcântara, no Maranhão, permite ganhos em economia de energia da ordem de 25% a 30%. Isso quer dizer que somos capazes, com o mesmo tipo de lançador, de colocar de 20% a 30% há mais de peso em órbita. É uma vantagem considerável e, por isso, é uma área à qual estamos dando prioridade. (A economia de energia na base de lançamentos de Alcântara deve-se à proximidade do Equador; na faixa equatorial capitaliza-se melhor a rotação da Terra para dar impulso aos foguetes. Além disso, a atmosfera é mais estreita, ou seja, o esforço do foguete para atingir a órbita planejada é menor.)

— Existe alguma estimativa do número de empregos que o desenvolvimento da indústria espacial possa gerar?

— Não, ainda é muito cedo para isso. Primeiro, precisamos gerar a capacitação de lançar os satélites. Segundo, cumprir o programa da Missão Espacial Completa Brasileira, (MECB), que prevê o lançamento de quatro satélites, dois de coleta de dados e dois de sensoriamento remoto. O primeiro foi lançado, o segundo deverá estar pronto este ano ou no início do próximo. Depois, estamos verificando a possibilidade de cooperação científica na aplicação dos satélites. Com o primeiro satélite, o SCD1, podemos cobrir desde a altura da Baía Blanca, na Argentina, até a Colômbia e talvez a África. Dentro de duas ou três semanas deverei receber a visita da ministra das Relações Exteriores da Colômbia para aprofundar a cooperação tecnológica entre nossos países. As aplicações do SCD1 beneficiam especialmente os estudos na Amazônia e a Colômbia faz parte da Bacia Amazônica, de forma que podemos entender tais estudos à cooperação bilateral. Da mesma maneira acontece com o Sul. Devo ir à Argentina no final deste mês ou no próximo, para aprofundar as negociações. Definitivamente, a tecnologia espacial é uma área na qual estamos ingressando. Estamos aprendendo e temos potencial.